

**ATA DA 189ª (CENTÉSIMA OCTAGESIMA NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO AMAZONPREV - FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO  
ESTADO DO AMAZONAS - REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2019.**

**DATA, HORA, LOCAL:** aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 08 horas, na Sala de Reunião dos Conselhos, na sede da Instituição, situada na Av. Visconde de Porto Alegre, n°. 486, Centro, reuniu-se, em regime ORDINÁRIO, o Conselho de Administração. **CONVOCAÇÃO:** os membros do Conselho de Administração da Amazonprev compareceram atendendo à convocação realizada por meio do Correio Eletrônico. **PRESENCAS:** **Sr. Wander Araújo Motta**, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nesta sessão, **Sr. Marcelo Moraes Castello Branco**, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Judiciário, **Sra. Maria da Conceição Guerreiro**, Membro Titular, representante da primeira Vaga das Secretarias de Estado, **Dr. Vander Laan Reis Góes**, Membro Titular, representante dos segurados ativos e inativos do Poder Legislativo e **Sr. Valdir Rodrigues Barbosa**, Membro Titular da segunda vaga como representante das Secretarias de Estado, além do Dr. **Miltonir Lima**, Diretor de Administração e Finanças, no exercício da Presidência. **Foram convidados:** Sr. **Leonardo Almeida de Siqueira Cavalcanti**, Coordenador do COFIN, Sra. **Flaviana Zoumbelouns**, Coordenadora da GERAFF/CODAC, Sra. **Mary Jane Mattute Silva**, Gerente da GETEC, além do Sr. **Alan Cynara Batista Nascimento**, Coordenador do Comitê de Investimentos. **AUSENTES:** **Dra. Carla Braga**, Presidente, **Dr. Mirtil Fernandes do Vale**, Membro Titular, conforme explicações nas reuniões 150ª e 145ª do CONAD,

respectivamente, **Sra. Dolores Garcia Rodrigues**, Membro Titular, solicitada sua exoneração, por e-mail, em março de 2017.

**Secretário: Sr. Adelson Maciel Dantas**, Gerente de Gabinete em exercício. **ORDEM DO DIA: 1- Plano de Aplicações e Investimentos**

**2020; 2- Planejamento Estratégico 2020-2021; 3. Ofício n° 346/2019/PROADM/UEA**, que versa sobre o pedido de suspensão de 25%

ao valor pactuado no Contrato Administrativo n° 027/2018-UEA, cujo objeto dispõe de locação do imóvel situado na Av. Darcy

Vargas, n° 2470 - Flores, com vigência expirada no dia 11/09/2019, com possibilidade de aditamento com base nos termos

do Decreto Governamental n° 40.645/2019. **DELIBERAÇÕES:** Todos os assuntos foram conduzidos pelo Vice-Presidente do Conselho,

devidamente complementados, quando solicitado, pelo Diretor de Administração e Finanças da Amazonprev, que, depois de discutidos

amplamente com todos os presentes, tiveram as seguintes deliberações: **1- Plano de Aplicações e Investimentos 2020;**

**A) APROVAR**, por unanimidade dos votos, o referido Plano, por meio do Parecer n° 46/2019, baseando-se no Parecer Prévio do Conselho

Fiscal da AMAZONPREV n° 45/2019; **b) REGISTRAR** a apresentação do Plano de Aplicações e Investimentos pelo Coordenador do COMIV, o sr.

Alan Cynara, que iniciou destacando que o saldo resultante da diferença entre o que entra e o que sai do fundo previdenciário

precisa ser destinado para alguma aplicação financeira e que a política de investimentos faz essa orientação da destinação desse

saldo. Com relação ao ano de 2019, mencionou inicialmente os cenários político e econômico, frisando que hoje existe uma noção

mais clara da situação, que possibilita a busca de um risco maior

naquilo que se propõe como estratégia de crescimento, em busca de um retorno melhor. Destacou que hoje o mercado trata da possibilidade da queda de taxa de juros, que o ano de 2019 encerrou com uma taxa SELIC de 4% (quatro por cento) e inflação de 3,8%, algo não imaginado no curto prazo pelo relatório Focus, que é análise dos principais analistas do país, que já sinalizavam uma taxa de juros de 6% para o final do ano de 2019, com dois pontos abaixo do previsto, o que é muito interessante para o Brasil. Além desse cenário, destacou uma diretriz importante na política de investimento, estabelecido pelo Ministério da Previdência ao editar a Portaria n. 464, que estabeleceu um limite para taxa de crescimento real. A meta atuarial a partir do ano de 2020 é 5,88% e que com o crescimento da despesa, há a necessidade de crescer na mesma proporção. A partir do momento da redução da taxa de 6%, deixava de existir uma situação de *superávit* para *déficit* e à medida que havia a redução da taxa, o *déficit* aumentava. Como consequência, o Estado teria que fazer um aporte ou aumentar a contribuição para manter o equilíbrio atuarial. Destacou que quando o atuário fez essa verificação, ele trouxe a possibilidade de *déficit* quando da realização da avaliação atuarial de 2020. Tal fato é importante porque traz a noção do tamanho da responsabilidade necessária, porque as aplicações precisam render tão bem que essa redução do crescimento possa ser suportada, precisando fazer rentabilizar o investimento. O cenário é de queda de taxa, com inflação baixa e nesse cenário, os fundos de renda fixa praticamente perdem a sua atratividade, destacando que a legislação obriga o direcionamento de cerca de 70% (setenta por cento) dos recursos dos fundos indexados, atrelados à inflação. Frisou que por conta do que aconteceu em 2019,

esses fundos já renderam tudo o que tinham para render e com isso, qualquer situação no mercado que aconteça em termos de microeconomia gera a volatilidade que aconteceu no mês de novembro, que foi a rentabilidade negativa nos fundos indexados à inflação. A guerra comercial, a questão da prisão em segunda instância que traz insegurança jurídica para o investidor e mais outras questões que aconteceram em novembro, que acabaram gerando a volatilidade. Destacou que o Brasil sai de uma expectativa de taxa de juros de 6% para 4,3% e toda essa queda de taxa já foi colocado na carteira. Com as notícias otimistas de dezembro, bem acima do esperado, uma relação próxima Estados Unidos e Brasil e o impacto disso sobre economia, a bolsa reagiu positivamente, por causa de outras notícias mais importantes. Com relação à estratégia de alocação de recursos, necessário destacar que a Amazonprev possui uma gestão própria. O COMIV, em conjunto com os Conselhos, define como vai ser feita a gestão dos recursos dos investimentos. Tem-se observado que em se tratando de renda fixa, os títulos do tesouro não têm mais atratividade. A Amazonprev possui em torno de 600 milhões em títulos públicos, comprados com IPCA mais uma taxa de 6,3%, que estão garantidos na meta atuarial. Uma pergunta que se faz é sobre a aquisição de novos papéis, entendendo o Comitê de Investimento que não há necessidade, porque os títulos que estão sendo negociados hoje no mercado estão pagando, na melhor taxa, IPCA + 4%. Com a nova meta atuarial de 5,88%, não faz sentido a aquisição de novos papéis salvo para negociação imediata, comprando na baixa e vendendo na alta, o que exigiria uma estrutura que a Fundação Amazonprev ainda não viu necessidade de criação. Destacou que nos fundos de renda fixa tradicionais, a Amazonprev tem buscado junto às instituições os

fundos de gestão ativa, aqueles que podem trabalhar com títulos públicos de curto, médio e longo prazo. No longo prazo, como eles possuem gestão ativa, eles conseguem comprar e vender com mais agilidade, o que pode trazer bons resultados comparados à SELIC. Papéis como poupança, letras imobiliárias, não são interessantes, eis que a inflação vai tirar um percentual dessa rentabilidade. As letras imobiliárias são remuneradas pelo CDI, com um risco muito maior do que um fundo com gestão ativa. Destacou que para os RPPS, a oferta de produtos é pouca, o que eleva o risco. Os fundos de crédito privado têm uma boa expectativa, porque a taxa de juros é mais baixa. As pessoas físicas e empresas precisam buscar o crédito para poder fazer um gasto, um investimento, e como é sinal de melhora, a Fundação manteve na carteira de investimentos o crédito privado, porque entende que há possibilidade de uma retomada de crescimento desses ativos, de haver uma valorização no decorrer de 2020. Destacou que a retomada do crescimento vai fazer com que esses fundos de crédito privado tenham uma procura maior e só a procura em si já traz valorização para esses ativos. Frisou que no segmento de renda variável, é o foco do Comitê de Investimento, destacando que se uma empresa vai buscar de alguma forma o financiamento para fazer um investimento, com o crescimento ela tem lucro e esse lucro é compartilhado com os acionistas da empresa. O que se enxerga em 2020 é o crescimento da bolsa, que valorizou 20% em 2019. E essa valorização, quando se analisa em termos de fundamento, constata-se que foram somente clientes institucionais. O investidor estrangeiro não está na bolsa. Na verdade, apesar dessa saída do estrangeiro, houve a valorização da bolsa porque houve a volta de parte dos grandes investidores do país, que são os fundos de pensão. Os fundos

de pensão saíram da bolsa no momento de mais estresse, quando se iniciou o processo de *impeachment*, indo para os fundos públicos. Com a desvalorização dos papéis, as operações começaram a ser desfeitas. O investidor estrangeiro não viu a segurança necessária ao investimento e foi embora, sendo um dos efeitos o aumento do dólar. O sentimento é que, com a melhora do quadro, o Brasil retome o crescimento e esse segmento de renda variável tenha uma valorização muito parecida com o que aconteceu em 2019, o que é bom para a Fundação Amazonprev com o nível 2 do PRÓ-GESTÃO, por causa da legislação que flexibiliza os limites para quem aderiu ao Pró-GESTÃO e conseguiu certificar a partir do nível 1. Destacou que existe a possibilidade de investimento no exterior, até porque se vai haver um aumento nessa procura de mercado de bolsa nesse país, a Amazonprev deve ter essa preocupação porque não é um mercado tão grande, mas quando se olha o exterior, as bolsas americana e europeia, em termos de tamanho, são maiores que a bolsa brasileira, movimentando trilhões. Destacou que algumas instituições já estão olhando essa possibilidade, chegando até a apresentar produtos para a Fundação Amazonprev. Mencionou que as regras são muito rígidas, o que traz uma certa segurança. Destacou que existirá um demonstrativo da política de investimento, com as justificativas, os objetivos, os nomes dos conselheiros, CPF, as certificações, informados diretamente no *site* do Ministério. Quanto aos títulos públicos, destacou que o limite da resolução é de 100%. Não existe expectativa de novas aquisições e o que existe hoje representa 11%, sendo que a cada seis meses esses títulos pagam cupons de juros, antecipando uma parte dos juros. A tendência é ao final de 12 meses exista um percentual menor de valores aplicados. Destacou que vai haver uma

redução drástica nos fundo de investimento em títulos públicos com o cenário de queda de taxa, mantendo-se um percentual por obrigação legal. Esse valor que está aplicado em fundos deve migrar para os títulos de renda fixa, principalmente porque existem os já mencionados fundos de gestão ativa, que vão poder trazer um resultado muito bom ao longo do tempo quando comparados com o CDI. O resultado é superior ao fundo de crédito privado, com expectativa de aplicação de 5%, que é o limite da resolução para esses investimentos. Destacou que o total de aplicação em renda variável é de 40%, estando hoje entre 14 e 15%. Existe uma concentração muito grande nos títulos públicos que estão trazendo um resultado muito próximo ou superando os de renda variável, destacando que esse quadro para o ano de 2020 não deve se manter. Chamou a atenção para a insegurança jurídica que ainda é muito grande e o investidor estrangeiro ainda monitora isso, principalmente quando se fala em milhões ou trilhões de dólares que estão na expectativa de vir para o Brasil. Frisou que os fundos de renda fixa que a Amazonprev mantém recursos aplicados em volume maior estão atrelados aos títulos públicos. A taxa de juros, principalmente quando se fala em mercado futuro, caiu muito e quando essa taxa cai, esses fundos acabam absorvendo como rentabilidade. Se subir a taxa de juros, ou seja, se o mercado quiser que o Governo pague um prêmio maior, o preço do ativo desvaloriza e traz um impacto negativo para a rentabilidade dos fundos. Num cenário mais otimista, a tendência que essa taxa de juros no mercado futuro continue baixa. Na análise da nossa carteira, é percebido que não vai mais trazer o mesmo resultado, ou seja, precisa buscar rentabilizar melhor a carteira porque a meta atuarial já não é mais 6%. É necessário ouvir e entender o mercado,

os seus efeitos. O Dr. Wander destacou que o Brasil ainda precisa se adaptar a essa situação, para sair desse modelo conservador de investimento, já que o brasileiro sempre foi investidor de poupança. O Sr. Alan Cynara mencionou que o brasileiro é muito imediatista, que quer ver o resultado no curto prazo e que quando se está falando da questão previdenciária, a situação é de longo prazo e quando se fala de longo prazo, é preciso olhar o crescimento do país, a bolsa de valores, as empresas. Destacou que a Amazonprev fez um crescimento conservador e em 2019 está ultrapassando muito daquilo do que foi projetado. Finalizou afirmando que hoje se consegue, com mais tranquilidade, trazer as informações aos Conselhos. Para 2020, as fichas serão apostadas na melhora do mercado, mencionando os cursos de análise de risco programados para a carteira, assim como as visitas programadas e a segregação das atividades internas visando o aumento da produtividade, em busca do PRÓ-GESTÃO nível 3.

**2- Planejamento Estratégico 2020-2021; a) REGISTRAR** as considerações da Dra. Mary Mattute a respeito do Planejamento, destacando inicialmente que são 49 iniciativas e que foi utilizada a mesma metodologia dos anos anteriores, acrescentando um pouco mais a visão do risco em função da certificação em alguns procedimentos, necessitando intensificar algumas situações, como os cenários econômico e político, sendo feita essa verificação inclusive nas ações do Planejamento de 2019, registrando que em 2019 não foi possível viabilizar os projetos de tecnologia, apesar do empenho da direção junto à PRODAM, o que fez com várias ações fossem transferidas para 2020. Destacou que outras ações vão permanecer em função dos programas institucionais de certificação e aqueles requisitos que estavam



no Planejamento, como educação previdenciária, porque no PRÓ-GESTÃO - Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Amazonprev, certificada no nível 2, vai buscar o nível 3, incrementando as boas práticas de gestão. Mencionou que algumas dessas ações dependem de parceria com a Secretaria de Administração como um dos requisitos do PRÓ-GESTÃO, como no quesito saúde do trabalhador, que envolve também a Junta Médica, precisando avançar. Destacou que o senso previdenciário é uma outra ação que já existe desde 2017 e em 2019 houve um avanço nas tratativas de execução junto ao Banco Bradesco, mencionando que vai ser feita uma parceria junto com a instituição bancária, já existindo inclusive um decreto governamental. Frisou que outra ação que precisa retornar para o ano de 2020 é o *call center*, informando que o processo foi licitado, mas está *sub judice*. A ação que visa o estudo da criação da previdência complementar, que envolve a reforma da previdência, necessitou ser justificado o adiamento para 2020 devido às propostas de emendas pendentes de votação. Sobre a performance da instituição dentro do escopo de gestão da qualidade, destacou que os indicadores atingidos até setembro então dentro do escopo (aposentadoria, pensão, revisão de pensão), destacando que a pensão é mais complexa (envolve visitas, documentações comprobatórias) e em alguns casos ultrapassa os 12 dias previstos, não atingindo o percentual de 90%. Sobre o recadastramento, destacou que em 2020 será iniciado o censo previdenciário junto ao Banco Bradesco, cobrindo

automaticamente o indicador do recadastramento, servindo para ativos (Poder Executivo), inativos e pensionistas, sempre dentro do mês de aniversário. A Dra. Conceição perguntou se esse procedimento vai reduzir os salários bloqueados (por falta de recadastramento), entendendo o Sr. Leonardo que sim, pois com a suspensão dos salários já houve uma mudança de conscientização, diminuindo o número de não fazem o recadastramento. A decisão tomada com a adesão, dos poderes, de suspender o benefício no mês subsequente ao mês em que deveria ter ocorrido o recadastramento fez com que os índices de recadastramento subissem, chegando a 80% de recadastrados, enquanto que outros momentos o percentual era de 30%. Defendeu o Coordenador do COFIN que o censo junto ao banco vai dar celeridade ao processo. Dra. Mary disse que está sendo estudada a reativação da suspensão junto ao Bradesco, que já tem esse procedimento com a PRODAM. O Presidente da Reunião questionou se o recadastramento é para ativos e inativos e pensionistas, tendo a Dra. Conceição respondido que é somente para o Poder Executivo na questão dos ativos. O Dr. Valdir manifestou posicionamento de preocupação com o recadastramento dos aposentados, destacando que, independente do banco, o que se vê é que não existe estrutura. Tomou como exemplo a agência do Bradesco do bairro da Cidade Nova, mencionando que o banco não prestará com exclusividade o serviço do censo, necessitando um suporte, atenção especial, envolvendo questões de mobilidade, entendendo que a medida necessita de cautela. O Dr. Wander perguntou se era somente o Bradesco que faria este procedimento, respondendo a Dra. Mary que sim e explicando que é em qualquer

agência. O Dr. Wander perguntou sobre os segurados que fizeram portabilidade, tendo a Gerente GETEC explicado que o procedimento seria igualmente no Banco Bradesco, complementando que o processo ocorre em qualquer dia do mês de aniversário do beneficiário e que a comunicação dos procedimentos está a cargo da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado. O Dr. Valdir entende que deveria haver uma estrutura independente para atender, por que as agências são cheias. O Dr. Marcelo questionou se esse procedimento começa em janeiro de 2020 e defendeu que a divulgação estava precária, porque já é dezembro é a primeira vez que ele ouvia a respeito dos novos procedimentos. Perguntou ainda se o cadastramento é apenas no mês de aniversário, por entender que vai haver um *déficit* de atendimento. A Dra. Mary mencionou que nos órgãos que possuem caixa eletrônico do Bradesco vai haver um funcionário para instruir e recolher a documentação necessária, porque é censo e não apenas prova de vida. O Dr. Marcelo perguntou quais seriam os documentos necessários, recebendo como resposta da Dra. Mary que constava no Decreto e também constará na divulgação que vai ser feita pela SECOM. Perguntou ainda o representante do Poder Judiciário se a suspensão ocorre no mês seguinte ao período em que o segurado deveria ter se recadastrado, informando a Dra. Mary que há ainda um mês de carência, e se não for feito naquele mês subsequente, o benefício é suspenso. Dr. Wander manifestou preocupação porque entendeu que seria apenas prova de vida, que poderia ser feito no caixa eletrônico, similar ao procedimento realizado no INSS, mencionando sua preocupação com a estrutura do Banco Bradesco

para receber a documentação. Dra. Mary mencionou que o Bradesco tem este mesmo serviço em vários Estados. Dr. Valdir disse que fica registrado a sua ressalva com relação ao procedimento adotado, pois não vê isso como uma prioridade, pois bem ou mal o recadastramento está funcionando, entendendo que o prejudicado é somente quem não se recadastra, entendendo não haver fraudes, tendo a Dra. Conceição se manifestado que isso não significava que o processo atual não tenha falhas. Continuou mencionando o recadastramento de folha, quando houve a mudança da sistemática de pagamento de pessoal. Frisou que anteriormente não era confrontado o CPF do crédito bancário com o titular da conta. Nessa nova sistemática, é confrontado o CPF com o número de conta e a SEFAZ teve uma evolução muito grande nos pagamentos, inclusive quanto aos pensionistas, que é o maior problema, porque, exemplificando, a filha tem uma pensão do pai mas a conta e o CPF utilizados são da mãe, gerando um transtorno, necessitando um cruzamento para regularização dos casos. Mencionou que o Estado enfrenta problemas com as ordens judiciais que determinam o pagamento de pensão em conta de terceiros (caso da filha e mãe, como exemplo), o que gera número grande de devoluções e problemas com o poder judiciário. Destacou que até pagamento de salário era feito em conta de terceiros. Entende que esse trabalho que já foi feito vai reduzir a quantidade de bloqueios no recadastramento, porque o Estado tem condições de saber exatamente quem está vivo. Dra. Conceição defendeu que o recadastramento é questão de cultura, enquanto que o Dr. Wander teme que o recadastramento faça com que se perca a qualidade do

cadastro gerando. Dra. Mary destacou que a tendência é que diminua a quantidade de não recadastrados, pois a partir do momento que o servidor sente que vai perder o salário dele no final do mês, ele procura regularizar qualquer pendência. O Dr. Wander questionou se o recadastramento dos ativos é de responsabilidade da Amazonprev, respondendo a Dra. Mary que quando o Ministério da Previdência pergunta sobre o recadastramento, a pontuação é pelo perfil, destacando que o sistema menciona a atualização cadastral de aposentados, ativos, inativos e pensionistas e que mesmo sendo informado os aposentados e pensionistas, o PRÓ-GESTÃO não considera a pontuação. O Dr. Valdir entende que tem que ser separado realmente esse público, porque o aposentado e pensionista não têm uma relação jurídica com administração do Estado. O Dr. Marcelo defendeu que o recadastramento dos ativos seria superado se todos tivessem o ponto digital, defendendo a Dra. Conceição que ainda falta muito para se chegar neste ponto, principalmente no Poder Executivo, pois o *link* de integração da biometria com a folha de pagamento ainda falta muito para se trabalhar. A Dra. Mary destacou que a atualização cadastral influencia no cálculo atuarial, porque ainda tem muita gente que está como solteiro e já casou, já separou, já teve filho e isso conta no cálculo atuarial na hora de se verificar a projeção dos benefícios, defendendo que também é uma forma de fazer atualização cadastral.

**B) REGISTRAR** que, quanto ao Mapa Estratégico, a Dra. Mary mostrou um consolidado de todo o planejamento, frisando que a Amazonprev ainda busca o atendimento da missão que termina em 2021; citou a

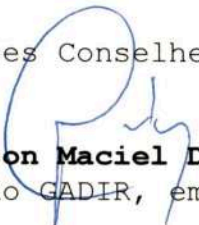
visão, que é consolidar o reconhecimento dos segurados até 2021 através de excelência na gestão previdenciária, os processos internos (a melhoria dos processos), os recursos que serão implementados para alcançar essa melhoria e a parte do orçamento que é a base do PAI; destacou a necessidade do atendimento eficiente, de seminário da educação previdenciária, que é um trabalho que tem buscado trabalhar com todos os órgãos e com a reforma da previdência, está se intensificando a divulgação para sanar as dúvidas, por que muitos segurados estavam aguardando a reforma da previdência para entrar ou não com pedido de aposentadoria, mas na forma como (a reforma) está sendo aprovada suscita muitas dúvidas, demonstrando a necessitando de uma equipe da área de previdência exatamente para levar essa orientação. Destacou a existência de um calendário que está sendo finalizado em que serão publicadas todas as palestras, não apenas na questão previdenciária, mas também outras áreas. Destacou que apesar da adesão, existem algumas ações operacionais relacionadas a parte da migração para a folha que ainda estão pendentes, em estudo. Destacou que nos processos internos, existe uma contínua necessidade de aperfeiçoamento, otimizando os sistemas de comunicação e transparência, porque existe uma demanda muito grande por parte dos órgãos fiscalizadores e isso é facilitado com a atualização é feita no portal. Destacou a necessidade de aprimorar a gestão corporativa, integrada com os outros poderes, verificando essa melhoria na parte estratégica; que a Amazonprev está buscando melhorar a pontuação na responsabilidade socioambiental, porque existem programas, o compromisso do meio


ambiente com o servidor, com o segurado. Necessário ainda manter as ações também de desenvolvimento de capital humano com o plano de capacitação, contemplando desde os estagiários até os Conselheiros, tanto do COFIS quanto do CONAD e na gestão financeira de investimento. Frisou a necessidade de ampliar a infraestrutura e sistemas de TI, adequando também a infraestrutura física, porque é uma necessidade. Destacou que o concurso público é esperado, com a criação de novas áreas, melhorias no atendimento, ambientes mais apropriados, e também essa experiência da prova de vida vai possibilitar criar ambientes de atendimento mais específicos, porque hoje no atendimento aos pensionistas, o atendimento é no salão de atendimento, junto com os demais segurados, e muitas vezes existem situações que precisam ser tratadas com mais reserva, necessitando a criação de um ambiente mais agradável, assim como um ambiente de atendimento mais humanizado, mais confortável. Quanto aos valores corporativos, a Dra. Mary defendeu que cada um desses objetivos vai resultar em iniciativas, que serão organizadas, estruturadas, acompanhadas pelo plano tático de cada um desses objetivos, que vem todo discriminado, com a meta, o responsável, com o respectivo acompanhamento que será encaminhado aos Conselhos nas reuniões mensais através do Relatório de Governança Corporativa. Para cada objetivo, existe o código de controle, a meta, o custo, a área responsável e o período em que vai ser executado. O Gerente da área responsável coordena esse processo junto a sua equipe e o planejamento flui dentro do conceito participativo, com integração de todos os colaboradores


que tiverem a oportunidade de apresentar as suas sugestões e dentro desses objetivos alinhados. Finalizou chamando a atenção para a Audiência Pública no dia 19 de dezembro; **C) REGISTRAR** que, quanto ao Plano Orçamentário, o Coordenador do COFIN destacou que o orçamento já vem com metodologia definido pela Secretaria de Orçamento da SEFAZ. Quanto aos poderes, destacou a inclusão da estimativa mais real do orçamento dos poderes, tanto as receitas quanto as despesas, porque agora já existe, com a adesão, a expectativa real bem próxima do que vai ser trabalhado. Destacou que o Governo está com uma iniciativa de gestão e serviços, com a aplicação dos recursos humanos do Estado para a realização de concursos públicos, outras formas de contratação, processo seletivo. Destacou ainda o limite fiscal da taxa administração e o orçamento previdenciário, demonstrando para o Governo a importância de fazer a gestão e o seu acompanhamento; **D) REGISTRAR** que, diante das ocorrências apresentadas nos sistemas, que inviabilizaram a conclusão do plano orçamentário, a aprovação do PPA 2020-2021 por este Conselho ocorrerá na reunião de dezembro; **3. Ofício nº 346/2019/PROADM/UEA**, que versa sobre o pedido de suspensão de 25% ao valor pactuado no Contrato Administrativo nº 027/2018-UEA, cujo objeto dispõe de locação do imóvel situado na Av. Darcy Vargas, nº 2470 - Flores, com vigência expirada no dia 11/09/2019, com possibilidade de aditamento com base nos termos do Decreto Governamental nº 40.645/2019; **A) REGISTRAR** que, dado o adiantado da hora, a análise do aludido Ofício restou prejudicada, sendo este item da pauta transferido para data oportuna. **ENCERRAMENTO:** Nada mais

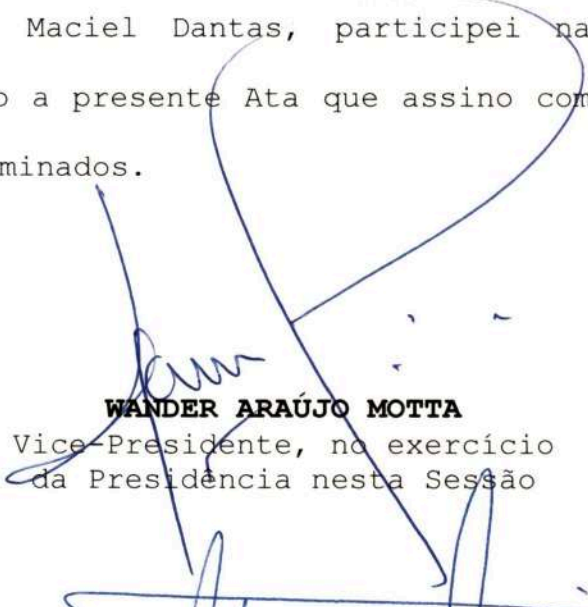


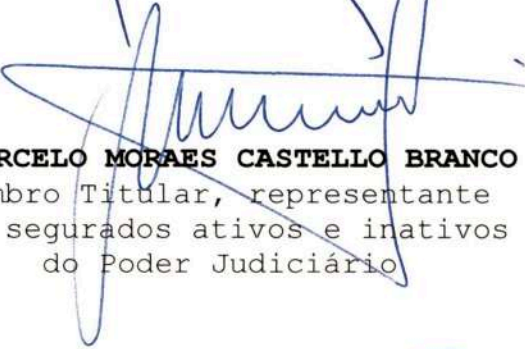
havendo a tratar, o Vice-Presidente do Conselho deu por encerrada a reunião, da qual eu, Adelson Maciel Dantas, participei na qualidade de Secretário, redigindo a presente Ata que assino com os senhores Conselheiros abaixo nominados.


  
**Adelson Maciel Dantas**  
Gerente do GADIR, em exercício

  
**MARIA DA CONCEIÇÃO GUERREIRA DA SILVA**  
Membro Titular da Primeira Vaga  
como representante das  
Secretarias de Estado

  
**VALDIR RODRIGUES BARBOSA**  
Membro Titular da Segunda Vaga  
como representante das  
Secretarias de Estado

  
**WANDER ARAÚJO MOTTA**  
Vice-Presidente, no exercício  
da Presidência nesta Sessão

  
**MARCELO MORAES CASTELLO BRANCO**  
Membro Titular, representante  
dos segurados ativos e inativos  
do Poder Judiciário

  
**VANDER LAAN REIS GOES**  
Membro Titular, representante  
dos segurados ativos e inativos  
do Poder Legislativo.